CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

08 SÉRIE Estudos de Direito Público

Direito Tributário IV

Interpretação, obrigação e crédito tributário

Ilhéus-Bahia

Editora da UESC

2016

Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Rui Costa - Governador

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Osvaldo Barreto Filho - Secretário

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro - Reitora
Evandro Sena Freire - Vice-Reitor

DIRETORA DA EDITUS
Rita Virginia Alves Santos Argollo

Conselho Editorial:
Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente
Andréa de Azevedo Morégula
André Luiz Rosa Ribeiro
Adriana dos Santos Reis Lemos
Dorival de Freitas
Evandro Sena Freire
Francisco Mendes Costa
José Montival Alencar Junior
Lurdes Bertol Rocha
Maria Laura de Oliveira Gomes
Marileide dos Santos de Oliveira
Raimunda Alves Moreira de Assis
Roseanne Montargil Rocha
Sílvia Maria Santos Carvalho

Copyright ©2016 by Carlos Valder do Nascimento

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

DIAGRAMAÇÃO
Felipe Lavinscky

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Paulo Roberto Alves dos Santos
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244 Nascimento, Carlos Valder do.
Direito tributário IV: Interpretação, obrigação e crédito tributário / Carlos Valder do Nascimento. – Ilhéus, BA: Editus, 2016.
148 p. – (Série Estudos de Direito Público; v. 08).

Inclui referências.
ISBN: 978-85-7455-389-4

1. Direito tributário – Brasil – História. I. Titulo. II. Série.

CDD 343.0481

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação da série 9
Apresentação do volume 11

CAPÍTULO VIII – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 13
8.1 Acepção de Vigência 15
8.2 Vigência no Espaço e no Tempo 17
8.2.1 Vigência no espaço 17
8.2.2 Vigência no Tempo 18
8.3 Vigência de Normas Complementares 19
8.4 Fatos Geradores Futuros e Pendentes 21
8.5 Aplicação Retroativa 25

CAPÍTULO IX – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 27
9.1 Sentido do Termo Interpretação 29
9.2 Métodos de Interpretação 29
9.3 Interpretação na Disciplina do Código Tributário Nacional .. 30
9.3.1 Interpretação integrativa 31
9.4 Princípios gerais do Direito Privado 34
9.5 Interpretação literal 36
9.6 Interpretação favorável ao contribuinte 37

CAPÍTULO X – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 41
10.1 Conceito 43
10.2 Fato Gerador 43
10.3 Sujeito Ativo 44
10.4 Sujeito Passivo 44
10.5 Solidariedade 47
10.6 Capacidade Tributária 48
10.7 Domicílio Tributário 49

CAPÍTULO XI – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 51
11.1 Conceito 53
11.2 Responsabilidade dos Sucessores 54
11.2.1 Sub-rogação 56
11.2.2 Responsabilidade pessoal 59
11.3 Fusão, transformação e incorporação 60
11.4 Responsabilidade do adquirente 62
11.5 Responsabilidade de Terceiros 63
11.5.1 Responsabilidade solidária 63
11.5.2 Responsabilidade por substituição 64
11.6 Responsabilidade por infrações 67
11.5.2 Infrações da legislação tributária 67
11.7 Crimes e contravenções 69
11.8 Exclusão por denúncia espontânea 71

CAPÍTULO XII – CONCEITO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 75
12.1 Definição de Dívida e suas várias acepções 77
12.2 Definição de crédito 77
12.3 Acepções de crédito 78
12.4 Formulações conceituais 79
12.5 Conceito de Crédito Tributário 81
12.6 Constituição de Crédito Tributário 84
12.7 Lançamento Tributário 85
12.7.1 Aspectos conceituais de lançamento 85
12.8 Modalidades de lançamento 94

CAPÍTULO XIII – SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ... 101
13.1 Definição e causas 103
13.2 Moratória 104
13.2.1 Noção conceitual 104
13.2.2 Concessão em caráter geral e individual 105
13.2.3 Requisitos e condições da moratória 107

13.4 Depósito do montante integral 108
13.5 Reclamações e recursos 109
13.6 Medida Liminar e Mandado de Segurança 110

CAPÍTULO XIV – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 113
14.1 Introdução 115
14.2 Pagamento 116
14.3 Presunção de Pagamento 117
14.4 Lugar do Pagamento 118
14.5 Tempo do Pagamento 119
14.6 Acréscimo Moratório 120
14.7 Forma de Pagamento 121
14.8 Imputação do Pagamento 123
14.9 Consignação em Pagamento 123
14.10 Pagamento Indevido 125
14.11 Restituição dos Tributos Indiretos 128
14.12 Juros e Penalidades 129
14.13 Decadência da Repetição do Indébito 129
14.14 Prescrição da Ação Anulatória 130
14.15 Demais Modalidades de Extinção 132
14.16 Transação 133
14.17 Remissão 134
14.18 Decadência 135
14.19 Prescrição do Crédito Tributário 136

CAPÍTULO XV – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 137
15 Definição 139
15.1 Isenção 140
15.1.1 Supressão da isenção 143
15.1.2 Condições e requisitos 144
15.2 Anistia 144
15.2.1 Anistia ampla 145
15.2.2 Anistia limitada 146

Apresentação da série

A Universidade Estadual de Santa Cruz, movida pelo desejo de sistematizar e colocar à disposição do público acadêmico a obra do professor Carlos Valder do Nascimento, um dos docentes da Casa na área jurídica com maior produção publicada, decidiu fazer uma coletânea de seus trabalhos, fartamente conhecidos no país, mas pouco explorados pela comunidade acadêmica interna.

Os estudos constantes do presente livro formam a obra intitulada Série ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO desvelados pela essencialidade de sua doutrina. Referem-se a diversos trabalhos escritos pelo referenciado no campo da pesquisa e do magistério a partir de 1983 e, portanto, correspondente a sua trajetória de mais de três décadas no Departamento de Ciências Jurídicas desta Universidade.

O **oitavo volume** da série, sob o título de **Interpretação, obrigação e crédito tributário**, constitui-se dos seguintes artigos: Vigência e aplicação da legislação tributária; Interpretação e integração da legislação tributária; Obrigação tributária; Responsabilidade tributária; Conceito e constituição do crédito tributário; Suspensão do crédito tributário; Extinção do crédito tributário;exclusão do crédito tributário.

O trabalho exaustivo de pesquisa levou o autor a um patamar elevado em face da natural repercussão dos pontos de vista esposados e pela diversificação de sua obra com trânsito por diversos ramos do conhecimento jurídico. Assim, pôde, ao longo do tempo, participar diretamente das discussões dos mais variados temas polêmicos enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo por este várias vezes citado em seus julgados, credenciando-o como um autor acatado no cenário jurídico brasileiro.

Daí, a observação do jurista Ives Gandra da Silva Martins:

> Conheço Carlos Valder há mais de trinta anos. Jurista de prestígio nacional e autor de sólida obra no campo do Direito Tributário -- alguns em co-autoria comigo --, granjeou como advogado, professor e jurista, desde o início de sua carreira, conhecimento de seus pares e admiração pela objetividade e segurança com que sempre tratou dos temas a que se dedicou e sobre os quais escreveu.
> É um professor de Direito com a preocupação de preservação do direito de defesa dos valores democráticos e um idealista, que vê na cátedra forma de colaborar com o desenvolvimento do País...[1]

Não bastasse isso, a doutrina que desvela na formulação de suas teses jurídicas, bem construídas, como foi o caso da coisa julgada inconstitucional, lhe valeu a devida notoriedade. Além disso, tantas foram as contribuições, visando à formação do convencimento dos magistrados, reveladas no número da expressiva jurisprudência que têm dado primazia as suas manifestações doutrinárias, seja pelos tribunais superiores, seja pela justiça de primeiro grau. Tem sido igualmente citado em várias obras de conceituados juristas pátrios.

Cabe ressaltar que, ao longo da sua profícua carreira acadêmica, a ser finalizada no próximo ano, grande foi a sua participação no debate oral e escrito de temas polêmicos e relevantes do cenário jurídico brasileiro.

Como consequência desse esforço acadêmico empreendedor, é que se pode colher, contemporaneamente, o fruto do seu labor forjado no amadurecimento profissional e, em verdade, dessa vontade persistente nasce uma coletânea reveladora do fôlego produtivo do docente, em razão do seu conteúdo substantivo.

---

[1] MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Emenda dos precatórios:** fundamentos de sua inconstitucionalidade. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 9. Prefácio.